

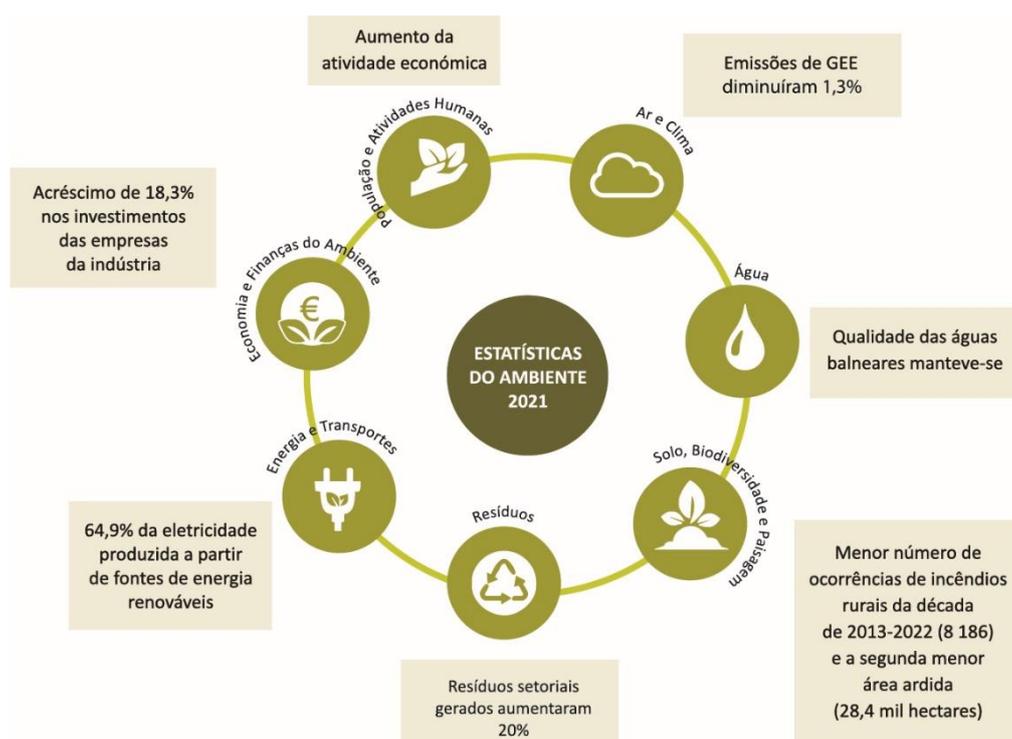


22 de dezembro de 2022
ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE
2021

ESTADO DO AMBIENTE EM 2021

O ano 2021 foi quente e seco, registando, ainda assim, o menor número de incêndios rurais dos últimos 10 anos em Portugal continental (8 186 ocorrências) e a segunda menor área ardida (28,4 mil hectares). Num contexto de recuperação da atividade económica, ainda sem atingir os níveis de 2019, a Entrada Direta de Materiais na economia nacional aumentou 6,9%. As estimativas provisórias das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) para 2021 indicam um decréscimo de 1,3%, mantendo a trajetória decrescente desde 2017. Esta tendência reflete sobretudo o aumento de 4,5% da eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis (64,9% do total de eletricidade), mantendo-se o crescimento consecutivo desde 2017. Em termos de Proteção do Ambiente, a despesa das Administrações Públicas aumentou 33,2% e os investimentos das empresas da Indústria cresceram 18,3%, estes últimos com particular incidência no domínio da Proteção da Qualidade do Ar e Clima (+60,5%).

Destaca-se pela negativa, o aumento da geração de resíduos setoriais (+20,4%), em parte como consequência do crescimento económico e, em particular, do crescimento do setor da Construção (+39,5 mil milhões de euros na produção do setor), com os resíduos provenientes da construção a aumentarem 53,1%. O indicador de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos acentuou a tendência de decréscimo, atingindo 32% em 2021 (-6 p.p face a 2020) e afastando-se da meta de 55% a atingir em 2025.





INTRODUÇÃO

É hoje publicada a edição de 2022 das Estatísticas do Ambiente. Esta publicação está organizada em sete capítulos, que abrangem os principais setores do sistema de informação sobre o ambiente.

Além desta informação, é disponibilizado um conjunto de dados adicionais no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt).

NEUTRALIDADE CARBÓNICA E EMISSÕES DE GEE

As alterações climáticas são neste momento uma realidade que não pode ser ignorada, sendo cada vez mais frequentes fenómenos climáticos extremos. A subida da temperatura do ar é também uma evidência, o que tem impacto ao nível da subida do nível médio do mar e do equilíbrio dos ecossistemas naturais e da vida na Terra. A temperatura média do ar em Portugal, a partir de 1990, aumentou, em média, 0,42 °C relativamente à média de 1971-2000.

Dada a emergência climática que o planeta atravessa, a União Europeia definiu o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrando-o na legislação europeia através da Lei do Clima. Portugal ratificou também este compromisso, tendo aprovado em novembro de 2021 a Lei de Bases do Clima.



Para atingir a neutralidade carbónica, terão de ser reduzidas as emissões de GEE. Portugal estabeleceu metas nacionais para 2020¹ e 2030² com vista à redução das emissões totais de GEE. A meta intermédia para 2020 foi cumprida (redução entre 18% a 23%), com uma redução superior ao definido (-32,9% face a 2005), ainda que o início da pandemia COVID-19 tenha contribuído para essa redução, nomeadamente pelo seu impacto no abrandamento da atividade económica. Em 2021, manteve-se o decréscimo das emissões (-33,8% face a 2005), alinhado com a meta nacional para 2030 de reduzir as emissões de GEE entre 45% a 55% face às emissões de 2005.

A aposta nacional nas Fontes de Energia Renováveis (FER) para produção de eletricidade tem contribuído para a redução das emissões de GEE, fundamentalmente por permitirem a redução do consumo de combustíveis fósseis para produção de eletricidade. Entre 2006 e 2021, a incorporação de FER aumentou 31,3 p.p. (64,9% em 2021), ou seja, equivalente a um aumento de 104,4% na eletricidade produzida a partir destas fontes. Esta evolução foi determinante para que, em 2020, se tenha atingido o objetivo de 60% (59,6%) estipulado no Plano Nacional para as Energias Renováveis (PNAER) para esse ano, tendo a meta para 2030 sido fixada em 80%. Além da incorporação das FER contribuírem para a redução das emissões de GEE, têm também um papel importante na redução da dependência energética do exterior, que passou de 88,8% em 2005 para 67,1% em 2021. Pretende-se que se mantenha numa trajetória descendente pelo menos até 65% em 2030.

¹ De acordo com o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020/2030).

² De acordo com o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030).



A COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2021 COM 2020, EVIDENCIA OS SEGUINTEZ ASPETOS PRINCIPAIS:

População e Atividades Humanas

A população residente em Portugal foi estimada em 10 352 042 pessoas em 2021, refletindo um aumento de 53 790 habitantes face ao ano anterior, traduzindo-se numa taxa de crescimento efetivo positiva de 0,52%.

A procura interna nacional aumentou em termos reais 5,6% face ao ano anterior (variação de -5,4% em 2020), refletindo sobretudo um aumento do consumo privado (+4,7%, o que compara com -7,1% de variação no ano anterior).

O Índice de Produção Industrial aumentou 3,0% face a 2020, interrompendo a tendência de decréscimo verificada nos dois anos anteriores (-7,0% em 2020 e -2,3% em 2019).

A Entrada Direta de Materiais na economia nacional para produção ou consumo totalizou 205,4 milhões de toneladas em 2021, +6,9% face a 2020, ano em que se assistiu a uma variação de -9,9%.

Ar e Clima

Em Portugal continental, o ano 2021 classificou-se como quente e seco. A década 2012-2021 foi a mais quente desde 1931 (anomalia de +0,49 °C) e a segunda mais seca, correspondendo a 75% do valor normal de precipitação.

Dados preliminares das emissões de Gases de Efeito de Estufa para 2021, sem contabilizar o setor LULUCF, apontam para um decréscimo de 1,4% (-9,5% em 2020), o qual resultou essencialmente da redução das emissões do setor de produção de eletricidade (-1,8%) e do setor dos processos industriais e uso de produtos (-3,3%).

O Índice de Qualidade do Ar contabilizou que, em média, 31,0% dos dias em 2021 apresentaram uma qualidade do ar “muito bom” e 45,9% qualidade do ar “bom”.

Água

Foram monitorizadas 643 águas balneares (620 em 2020). A maioria das águas balneares foi classificada de “Excelente” (76,9% das águas interiores e 93,5% das águas costeiras ou de transição).

Em 2022, 393 praias foram distinguidas com a Bandeira Azul, um novo máximo correspondente a mais 21 praias, face a 2021.



Solo, Biodiversidade e Paisagem

Foram criadas 17 novas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), com um acréscimo de 159 mil hectares à área total, que totalizou 1 856 mil hectares, equivalente a 20,8% do território continental.

Registou-se, em 2021, o menor número de ocorrências de incêndios rurais da década de 2013-2022 em Portugal Continental (8 186 ocorrências) e a segunda menor área ardida (28,4 mil hectares).

Medidas agroambientais beneficiaram 71 358 agricultores (53 663 em 2020), que receberam apoios num total de 237 milhões de euros (158 milhões em 2020).

Resíduos

Num cenário de expansão económica, embora os resíduos urbanos gerados tenham registado igualmente um incremento, em 2021 o rácio entre os resíduos urbanos e o PIB melhorou em 3,2% face a 2015 (-5,2 p.p. comparativamente a 2020).

A gestão de resíduos urbanos afastou-se porém da meta de preparação para a reutilização e reciclagem (-23 p.p. face à meta para 2025 (55%) e -6 p.p. face ao resultado de 2020).

Os resíduos setoriais gerados em Portugal pelo tecido empresarial totalizaram 13,6 milhões de toneladas (+20% face a 2020), destacando-se as atividades de construção (+944 mil toneladas) e o comércio e serviços (+388 mil toneladas) com aumentos absolutos mais significativos (excluindo atividades na gestão de resíduos), devido à recuperação da economia após o impacto da pandemia no ano anterior.

Energia e Transportes

O consumo de energia primária manteve os níveis registados em 2020. Assinale-se que a partir de novembro de 2021 deixou de ser consumido carvão pelas centrais termoelétricas para produção de eletricidade.

O consumo de energia final aumentou 4,8% face a 2020, ainda assim atingindo um nível abaixo dos registados em período pré-pandemia (2017-2019).

A energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis representou 64,9% do total de eletricidade produzida em Portugal (59,6% em 2020, atingindo a meta estabelecida no PNAER de 60,0% para este ano).

O parque de veículos presumivelmente em circulação aumentou 1,0% face a 2020 e atingiu 7,1 milhões de veículos.

A venda de veículos ligeiros de passageiros novos aumentou ligeiramente para 146,6 mil veículos (+0,8%) e a idade média dos veículos ligeiros de passageiros continuou a aumentar, passando de 13,4 anos em 2020 para 13,5 anos em 2021 (64,7% tinham, em 2021, mais de 10 anos).

O consumo de combustíveis no transporte rodoviário aumentou 8,7% face a 2020 e o consumo de gasóleo representou 78,9% do total de combustíveis consumidos (78,6% em 2020).



Economia e Finanças do Ambiente

A despesa das Administrações Públicas em atividades de proteção ambiental continuou a aumentar, fixando-se em 1 378 milhões de euros em 2021 (1 035 milhões de euros em 2020).

Em 2021, 15,3% das empresas industriais desenvolveram atividades de gestão e proteção do ambiente (-1 p.p. em comparação com 2020). Os investimentos das empresas aumentaram 18,3%, resultante sobretudo da variação no domínio “Proteção da Qualidade do Ar e Clima” (+60,5%).

Também em 2021, as entidades produtoras de bens e serviços de ambiente faturaram 10,6 mil milhões de euros (8,6 mil milhões de euros em 2020), dos quais 5,7 mil milhões de euros resultaram de atividades ambientais no âmbito de gestão dos recursos, o que correspondeu a um acréscimo de 18,8% face a 2020.

Em 2021, o número de inscritos nas ONGA, 220 754 associados, continuou a diminuir, bem como as atividades por estas desenvolvidas, 1,9%, decorrente dos efeitos da pandemia COVID-19. Destacam-se as reduções nas atividades relativas a passeios de natureza (-22,2%) e ações junto dos *media* (-5,6%), em contraste com os aumentos na Educação ambiental e Congressos, seminários e ações de formação, ambas com +18,5%.

O número de bombeiros dos quadros de comando e ativo fixou-se, em 2021, em 26 123 indivíduos (26 125 em 2020). A participação voluntária correspondeu a 60,2% do total, o que compara com 61,3% em 2020.

O valor dos impostos com relevância ambiental aumentou 6,3% face a 2020, refletindo essencialmente a retoma no consumo de combustíveis, uma vez que a receita de impostos associados à aquisição de veículos automóveis voltou a decrescer.

Em termos de Fundos de Coesão, aprovações, execução, taxa de compromisso e de realização, até dezembro de 2021 as aprovações do Portugal 2020 no domínio do ambiente, face às dotações programadas, ascenderam a 100,4% (4 013 milhões de euros), estando concretizado 61,2% (2 443 milhões de euros) do valor das aprovações.